

Brasil potência ou a aporia do Desenvolvimento?

AUTOR

Vanessa Cavalcanti*

Antonio Carlos Silva**

carlos.zamora@uol.com.br

Brasil, ¿potencia o aporía del Desarrollo?

Brazil: A Developmental Powerhouse or Aporia?

* Docente investigadora do programa de doutorado e mestrado em Família na Sociedade Contemporânea da Universidade Católica do Salvador. Integrante do NPEJI/UCSAL e NEHSC/PUC-SP

** Docente investigador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador e integrante do (NEIG/UCSAL)

RESUMO

Em contexto de intensas crises, mas também de paradoxo em relação aos BRICS em intenso crescimento, este artigo tem como objetivo abordar criticamente o papel proeminente do Brasil na configuração de outra ordem mundial. Não obstante, desvelar que qualquer contribuição à crítica da Economia Política Internacional que não despenda de esforços para enfatizar o paradoxo da modernidade será apenas uma justificativa infundada para recomposição de bolhas financeiras características de um sistema que foi erigido nos pilares da desigualdade e da racionalidade monetária. Afinal, as relações de poder estão intrinsecamente relacionadas com a valorização do valor como sujeito automático da sociedade e as aspirações do Brasil como potência global estão dependentes da emancipação aos ditames do mercado mundial e da superação dos conflitos resultantes do atual estágio da crise estrutural do capital.

RESUMEN

Nuestro propósito es abordar críticamente el papel prominente de Brasil en la configuración de otro orden mundial. Sin embargo, decir que cualquier contribución a la crítica de la Economía Política Internacional no puede ahorrar esfuerzos para enfatizar la paradoja de la modernidad no será sino una justificación sin fundamento para la recuperación de burbujas financieras características de un sistema que fue construido sobre los pilares de la desigualdad y la racionalidad monetaria. Las relaciones de poder están intrínsecamente vinculadas a la apreciación del valor como sujeto automático de la sociedad, y las aspiraciones de Brasil como una potencia mundial dependen de su emancipación de los dictados del mercado mundial y de la superación de la actual fase de la crisis estructural del capital.

ABSTRACT

The purpose of this article is to critically address the prominent role of Brazil in different type of world order. However, it must be said that any contribution to the critique of International Political Economy that does not expend effort to emphasize the paradox of modernity is simply an unfounded justification for the revival of financial bubbles characteristic of a system that was built on the pillars of inequality and monetary thinking. After all, power relations are intrinsically related to the appreciation of value as the automatic subject of society and the aspirations of Brazil as a global power are dependent upon emancipation from the dictates of the world market and overcoming the conflicts resulting from the current stage of the structural crisis of capital.

Aos intelectuais cabe-lhes aprofundar a percepção da realidade social para evitar que se alastrem as manchas de irracionalidade que alimentam o aventureirismo político; cabe-lhes projetar luz sobre os desvãos da história onde se ocultam os crimes cometidos pelos que abusam do poder; cabe-lhes auscultar e traduzir as ansiedades e aspirações das forças sociais ainda sem meios próprios de expressão.

Celso Furtado, 2001

1. Vontade de potência: uma aporia da História

À luz da História é proeminente constatar que o processo de formação dos Estados nacionais sempre foi marcado por uma manifesta vontade de ser potência. Alguns Estados, nomeadamente aqueles que se destacaram a partir da configuração de novas relações de produção baseada na apropriação coletiva dos meios de produção e da riqueza social, alargaram seus interesses, intrínsecos em sua estratégia para expandir sua efêmera representação do Poder (*ex parte principis*). As opções de expansão desses países tornaram-se dependentes de sua configuração estrutural e capacidade para orientação econômica, política e militar em nível mundial, além do compromisso em manter a estabilidade por meio da disseminação da República Democrática¹ e, por conseguinte, de sua caracterização ideológica: o (neo)liberalismo.

Podemos, também, confirmar que esse suplantar das fronteiras geográficas e determinação hierárquica universal é uma atribuição que apresenta sua própria "genealogia do poder". Que existe um padrão no qual os países "eleitos" foram algures periféricos e sem importância relativa na condução dos ditames internacionais. Entretanto, sob a égide de um sistema competitivo e excludente, puderam equacionar o seu potencial para expansão e representação em escala global. Alguns passam a ser "eleitos"; outros ganham espaços de divulgação e foco multiplicado. Isto porque, as manifestações de poder assumem, nestas primeiras décadas do século XXI, uma nova característica. Distinta daquela determinada por pequenos países conquistadores, como foi o caso de Portugal e Espanha nos séculos XVI e XVII; e da Inglaterra, nomeadamente no século XIX; a reestruturação das diretrizes geopolíticas atendem, hoje, para um jogo de poder não mais dependente de uma única potência ou Império. O xadrez-mundi coloca como jogadores os "moedeiros globais" e lança seus dados olvidando do fator incerteza da construção da sua própria história. O atual momento parece consagrar a participação ativa dos chamados "países continentais" e que ganha espaços midiáticos, mas também acadêmicos para analisar e compreender por exemplo os BRICS:

É o caso pioneiro dos EUA, e agora será também, o caso da China, da Rússia, da Índia e do Brasil, excluída a União Europeia enquanto não for um Estado único. Nesse jogo, os EUA já ocupam o epicentro e lideram a expansão do sistema mundial, mas os outros quatro países possuem por si só, cerca de um quarto do território, e quase um terço da população mundial. E todos os quatro estão disputando hegemonias regionais, e já projetam - em alguma medida - seu poder econômico ou diplomático para fora de suas regiões (FIORI, 2010).

PALAVRAS-CHAVE

Economía política; Brasil; desenvolvimento; poder; emancipación

PALABRAS CLAVE

Economía política; Brasil; desarrollo; poder; emancipación

KEYWORDS

Political economy; Brazil; development; power; emancipation

Recibido:
04.12.2014

Aceptado:
25.02.2015

Neste contexto, direcionamos nossa investigação para uma análise bibliográfica e de caráter ensaístico, revelando uma necessidade de compreender a geografia do continente americano, mais especificamente para América Latina, multifacetada e cheia de constrates, desigualdades e diversidades. Nesta delimitação, o Brasil, líder regional, se destaca por uma condição histórica favorável e ao mesmo tempo paradoxal. Olhares mundiais viram-se para essa composição, onde as disputas territoriais são quase inexistentes e o país é uma potência militar secundária, tendo em vista que a região é uma zona de proteção incondicional norte-americana desde a Guerra Fria. O “gigante” é despertado ou desperta curiosidade, atenção e novas dimensões analíticas.

Destarte, o objetivo deste artigo é abordar criticamente o papel proeminente do Brasil na configuração de outra ordem mundial e, por conseguinte, desvelar que qualquer contribuição à crítica da Economia Política Internacional que não depender de esforços para enfatizar o paradoxo da modernidade será apenas uma justificativa infundada para recomposição de bolhas financeiras características de um sistema que foi erigido nos pilares da desigualdade e da racionalidade monetária. Para tanto, nossas proposições estão sustentadas pela crítica radical do processo de alienação/fetichismo presente no sistema de produção social do capital e da crítica da valorização do valor como sujeito automático da sociedade.

Neste contexto, somente com a configuração das economias nacionais² no decorrer do século XIX as relações de poder e emancipação tornaram-se proeminentes para determinar a abrangência dos Estados. Assim, tendo o Estado como nosso objeto de análise, o Brasil será nossa alegoria nesta abordagem da relação dicotômica entre vontade de potência/Desenvolvimento. Destaca-se ainda, nesse sentido, as matemáticas relativas à realidade brasileira são sempre de dimensões e proporções ampliadas, sobretudo nas últimas duas décadas.

2. Economia Política do desenvolvimento capitalista: crises e emancipação

Para os especialistas em Economia Política Internacional, o Brasil se apresenta como um forte candidato ao grau de potência, pois “é o único que pertence inteiramente à “matriz civilizatória” dos Estados Unidos (...) além disso, é fundamental destacar que o Brasil contou nesse período recente com a liderança política de um presidente, Luís Inácio Lula da Silva, que transcendeu seu país, e projetou mundialmente sua imagem e sua influência carismática” (FIORI, 2010).

Mantendo uma perspectiva crítica com relação aos rumos do poder e a configuração de uma nova ordem mundial (iniciada nos finais dos anos 1980), buscamos, neste contexto, compreender o percurso a ser seguido pelo Brasil como partícipe determinante na hierarquia mundial ou se manter, como historicamente tem se condicionado, um aliado de nível intermediário para a consolidação de uma nova matriz no jogo de influências liderado pelos Estados Unidos da América. As relações diplomáticas e comerciais determinam muito dessa dinâmica e impõem um novo diálogo bilateral para todo o continente americano.

Em outras palavras, obter acesso às novas tecnologias e uma esporádica representação nas instituições internacionais decisórias (cadeira provisória no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, ONU) em troca de uma parceria assimétrica com os atuais “donos do poder”; ou assumir definitivamente sua vocação de potência e concentrar esforços para dirimir suas deficiências nos campos técnico, monetário/financeiro e militar em um mundo no qual a hegemonia do poder não é mais uma condição *sine qua non*.

O que não podemos negligenciar no processo de análise é o atual estágio de crise estrutural do sistema de reprodução social. Isto porque, como alertava Celso Furtado, desde finais dos anos 1990, as economias centrais estão promovendo um alinhamento uniforme com relação às decisões que envolvem o papel determinado à periferia do sistema, em particular a América Latina. Uma estratégia que pressiona os países da região, de forma sedutora, a submeterem o seu processo de libertação nacional à concorrência internacional,

à aplicação de capitais produtivos/especulativos externos e à aceitação resignada diante de uma moderna divisão social do trabalho para manter o processo recorrente de alocação do excedente de capital.

Tal situação revela uma forma alternativa para minimizar os problemas causados pela falta de substância no capital (geração de mais-valia) e seus afluentes no centro do sistema: o aumento do desemprego estrutural, da desigualdade social e da miséria/pobreza decorrentes de um quadro único na história do moderno sistema produtor de mercadorias.

Pela primeira vez uma nova tecnologia é capaz de economizar mais trabalho, em termos absolutos, do que o necessário para a expansão dos mercados de novos produtos. Na terceira revolução industrial, o da microeletrônica, a capacidade de racionalização é maior do que a capacidade de expansão" (KURZ, 1997:165).

Como, até o momento, a opção para superar a queda dos indicadores de crescimento econômico, causado pela busca incessante de maior produtividade e aumento da taxa de retorno, é promover novas formas de alocação do capital e massificação do consumo; vivenciamos uma confirmação da proposição de Harvey (2011) de crise estrutural do capital, não apenas financeira e econômica, mas da própria compreensão que temos sobre o nosso devir histórico e a proeminência de uma universalização da Política para possibilitar o desenvolvimento real e o crescimento zero.

O *World Economic Outlook*, relatório do Fundo Monetário Internacional sobre as estimativas do crescimento econômico mundial para 2010, corrobora com nossas assertivas e fundamentam quantitativamente essa abordagem. Para zona euro, o índice de 1% não foi superado e os países que mais sofreram com os ataques especulativos decorrentes do enfraquecimento no seu processo de governação - Grécia, Espanha, Irlanda e Portugal - não conseguiram ultrapassar o percentual de 0,8% do Produto Interno Bruto (PIB)³. Há que salientar ainda que, a crise atualmente não significa um processo momentâneo, mas si de longa duração e com fatores de agravamento nas vulnerabilidades e

nas estatísticas "positivas" frente a essa corrida desenfreada por alcançar os ditames de uma economia internacionalizada.

Como as empresas transnacionais precisam externalizar os seus custos produtivos e os Estados Nacionais, por conseguinte, legitimarem as regras de valorização do capital improdutivo para prover (mesmo que de forma limitada) o consumo social; a América Latina se transformou em um valorizado campo de aplicação dos capitais especulativos, o que afeta a capacidade dos países latinoamericanos em manter o seu câmbio favorável às exportações competitivas; além de aumentar o custo da dívida pública em médio e longo prazo.

É interessante observar que, mesmo no auge da crise (finais de 2008 a meados de 2009), o Brasil, com um estoque de capitais acima dos US\$ 100 bilhões (BACEN, 2009), manteve uma política insegura com relação ao futuro ao conciliar o seu processo de estabilização econômica (SILVA, 2003) com taxas de juros elevadas e câmbio sobrevalorizado.

Esse *trade off* econômico, muito distante de uma prova de recuperação brasileira, alerta para uma situação deveras débil à estratégia de retomada do crescimento econômico.

É verdade que as reservas internacionais superam a dívida externa do país. Também é verdade que o setor público é credor líquido em termos externos. Porém, quando se adota um conceito mais completo de endividamento externo, o quadro se modifica. O total dos passivos externos do país (incluindo dívidas, investimentos diretos, investimentos em carteira e outros) é muito superior aos nossos ativos externos (reservas internacionais, investimentos no exterior, empréstimos ao exterior etc.). Em dezembro de 2009, de acordo com dados preliminares, a diferença alcançava quase US\$ 600 bilhões. Em resumo, um pouco mais de cuidado com o déficit das contas externas não nos fará mal algum (BATISTA JR., 15/04/2010).

Infelizmente, esse processo - economia orientada para o crescimento - foi abortado no último trimestre de 2008, com pânico financeiro e abrupta contração de crédito

pelos bancos privados (...) Corremos o risco de novamente abortarmos a ampliação da taxa de investimento com a elevação do juro anunciada pelo Banco Central. A elevação do juros é errada porque agravará o forte aumento no deficit em transações correntes, pois aumentando o influxo de capitais do exterior provocará a apreciação adicional da taxa de câmbio. Isso terá duas consequências perversas: elevará o crédito do exterior quando se pretende contê-lo internamente com a alta dos juros; e a apreciação do câmbio provocará maior consumo, particularmente de bens importados, quando deveríamos contê-lo (NAKANO, 18/04/2010).

Seguindo essa determinação analítica, João Manuel Cardoso de Mello (1997) assevera que a globalização promove apenas as relações mercantis, não a promoção de sistemas integrados que difundam o progresso técnico de forma equitativa e comprometida com a satisfação das reais necessidades da população mundial. O capitalismo é, em sua essência, um catalisador da produção social que pode, no seu ímpeto de originar o lucro privado, apenas integrar uma pequena parcela da população periférica em sua plataforma alienadora e dedicada apenas para reprodução de mais capital.

Acentuadas as disparidades entre os modos de produção do centro (em especial a Tríade Estados Unidos, União Européia e Japão) e da periferia (os chamados países em desenvolvimento com ênfase nos BRICS⁴), o sistema não é outra coisa que um moderno processo orientado para geração de riqueza abstrata, expressa em sua forma dinheiro (capitalismo financeiro).

Na realidade, a globalização do capital não funciona nem pode funcionar. Pois não consegue superar as contradições irreconciliáveis e os antagonismos que se manifestam na crise estrutural global do capital. A própria globalização capitalista é uma manifestação contraditória dessa crise, tentando subverter a relação causa efeito, na vã tentativa de curar alguns efeitos negativos mediante outros efeitos ilusoriamente desejáveis, porque é estruturalmente incapaz de se dirigir às suas causas. (MÉSZÁROS, 2005: 76).

3. Emancipação ou Alienação? O Brasil entre a *práxis* e a *poiesis*.

Para o Brasil consolidar sua vontade de ser potência, sair do estado de aporia histórica, precisa confrontar o actual modelo de produção com base no capital, libertar-se dos grilhões de um processo de modernização intrinsecamente ligado à maior produção de desigualdade. Uma maneira única de estabelecer uma contribuição latinoamericana para superar os entraves do desenvolvimento e resgatar a carga do nosso tempo histórico. Talvez uma revisão da proposta transformadoras das “esquerdas”, em alusão as teses de István Mészáros e Alain Badiou⁵, como horizonte necessário para ultrapassar este estágio da crise desencadeada pela transformação do capital, de um meio, para um fim em si mesmo⁶. Um facto é inquestionável:

O Brasil já se mobilizou internamente e estabeleceu nexos, dependências e expectativas internacionais muito extensas, num jogo de poder que não admite recuos. A esta altura, qualquer retrocesso terá um custo muito alto para a história brasileira (FIORI, 2010).

Contudo, para estabelecermos um compromisso metodológico que possa aprofundar o nosso objeto de análise e ampliar o conhecimento sobre o tema, consideramos o alerta de Celso Furtado sobre a necessária junção do método analítico e do método holístico (em especial do tripé: História, Economia e Política) para podermos captar uma visão global da realidade que enfrentamos, com todas as suas contradições e complexidades. Ou seja, promover o equilíbrio entre os aspectos descritivos e prescritivos da teoria e, sob orientação axiológica, compreender e modificar a estrutura sócio-político-econômica vigente e não apenas aceitar que o tratamento aos problemas do Estado sejam tratados *ex parte principis*.

No curso da história as ciências têm evoluído graças àqueles indivíduos que, em dado momento, foram capazes de pensar por conta própria e ultrapassar certos limites. Com a economia, essa ciência social que deve visar prioritariamente o bemestar dos seres humanos, não é diferente. Ela requer dos que a elegeram imaginação e coragem para se arriscar em caminhos por vezes incertos. Para isso não basta se munir de instrumentos eficazes. Há que se atuar de

forma consistente no plano político, assumir a responsabilidade de interferir no processo histórico, orientar-se por compromissos éticos (FURTADO, 2002).

Em outras palavras, resgatar a dimensão histórica da vida socioeconômica, reduzida pelo interesse imediatista que consolida as relações de poder sob os auspícios da reprodução e exploração do capital. Isto em vista de que o conceito de mudança na composição dos atores internacionais (Estados Nações líderes) está intrinsecamente relacionado com a possibilidade de retomar os níveis de crescimento econômico anteriores ao ano de 2008 (aproximadamente 5% para o PIB mundial em 2007; consoante o Fundo Monetário Internacional, FMI).

Portanto, ainda em conformidade com a teoria econômica básica, no plano econômico-político mundial, a expansão do sistema de reprodução somente pode ocorrer através de uma nova e histórica onda de crescimento global, entendida “por uma expansão espacial geográfica, isto é, por um salto descomunal de crescimento econômico na periferia do mercado mundial, ou por uma inovação tecnológica nos próprios centros do capital” (KURZ, 2003:8). Assim, reiteramos que qualquer contribuição à crítica da Economia Política Internacional que não despender de esforços para enfatizar o paradoxo da modernidade será apenas uma justificativa infundada para recomposição de bolhas financeiras características de um sistema que foi erigido nos pilares da desigualdade e da racionalidade monetária.

O que, em se tratando de geração espontânea de capital sem substância, não configura uma Nova Ordem Mundial pautada pela inclusão proeminente de países emergentes, mas uma espécie de reforma conservadora dos países centrais para manutenção do próprio sistema, reiterando a tese de Cardoso de Melo (1997).

Nos países periféricos, em consonância, o sistema de reprodução abstrata do capital, além da incapacidade de promover Justiça Social, desencadeia uma concorrência ineficaz por nichos de mercado não explorados pelos países centrais e impossibilita uma nova onda de crescimento econômico que configure uma expansão espacial geográfica. Logo, o processo de modernização dos

Estados nacionais envolve uma constante mutação em sua natureza e compreensão, resultando em constantes crises no sistema de reprodução e crédito social.

Um facto recorrente no processo de modernização é que a globalização retira do Estado nacional sua capacidade de controlar o estoque de capital disponível para atender as exigências do próprio capital (infra-estrutura, capacitação humana, investimentos e inovação tecnológica), o que denominamos de autofagia do capital. Portanto, é necessário repensar os efeitos destoantes de uma alternativa estabilizadora que não atente para os prejuízos existentes frente ao clássico teorema do *trade-off* econômico e do ineficaz arroubo de promoção do Desenvolvimento Sustentável presente no processo de engenharia social resultante da globalização.

O Brasil, liderado por Luís Inácio Lula da Silva (2003/2010), no período histórico que centramos nossa análise, ampliou sua influência no recorrente jogo do poder desde a criação do G20 e a extensão de influência dos países que compõem o BRICS, na qual assume uma posição de liderança na configuração de uma nova Política Econômica Internacional para enfrentar a crise estrutural do capital⁷.

Além de reestabelecer o equilíbrio das contas públicas dos Estados nacionais, a agenda inclui uma constante preocupação com o aludido desenvolvimento sustentável. Para além do equilíbrio “eficiência econômica” e “desafio ecológico”, em busca de sustentabilidade, as inquietações com relação ao futuro envolvem o resgate atualizado de uma idéia-chave do positivismo Kantiano do século XIX: abarcar a paz mundial através de melhores mecanismos de controle de armas atômicas.

O G20 ganha um novo selo de qualidade como gerente da economia global. Tanto é assim que o primeiro-ministro britânico, Gordon Brown, presidente de turno do G20 até 2009, anunciou ontem que está deslocando sua ministra de Negócios, Shriti Vadera, para conselheira do G20, “como parte do esforço para transformar o grupo em nova forma de governança global”, segundo

a avaliação feita pelo jornal “Financial Times”. Marco Aurélio Garcia, o assessor diplomático do presidente Lula da Silva, festeja: “Fica claro [com o novo papel do G20] que o G8 não é mais a instância que organiza o debate. Houve uma transferência de competências” (ROSSI, 25/09/09).

Nas palavras do próprio Presidente brasileiro na altura, a prioridade dos líderes internacionais frente à crise estrutural do capital é refundar a ordem econômica global e, não obstante, promover um mundo multilateral/multipolar sem hegemonia de qualquer País (em discurso proferido na Assembléia Geral da ONU, em setembro de 2009). O que revela as intenções claras do Brasil em assumir uma posição de liderança nesta configuração de uma “Nova Ordem Mundial”. O que, de forma tímida e já a sofrer com as dicotomias do actual estágio de crise estrutural do capital, a presidenta Dilma Rousseff busca manter como estratégia premente em sua primeira gestão de Estado (2011/2014).

A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, fui reconduzida à Presidência para continuar as grandes mudanças do país e não trairei este chamado. O povo brasileiro quer mudanças, quer avançar e quer mais. É isso que também eu quero. É isso que vou fazer, com destemor mas com humildade, contando com o apoio desta Casa e com a força do povo brasileiro⁸.

Uma amostra desta “vontade de potência” preencheu as manchetes dos principais periódicos (jornais e revistas) internacionais: o acordo nuclear celebrado entre o Irã, a Turquia e o Brasil - firmado em 18 de maio de 2010. Como atuais representantes das cadeiras (não permanentes) de segurança da ONU, Brasil e Turquia lideraram um acordo de não proliferação nuclear iraniana, de forma diplomática e eficaz na celeridade das negociações. Uma situação que confirma a ineficiência do modelo de governança mundial presente deste o final da II Guerra Mundial, revisitada com a derrocada da União Soviética, que enfatiza a centralização do poder de forma única e sob os auspícios de uma grande potência (ou Império, consoante as proposições reformistas de Antonio Negri e Michael Hardt).

O que provocou surpresa e irritação em alguns setores, portanto, não foram as negociações, nem os termos do acordo final, que já eram conhecidos. Foi o sucesso do presidente brasileiro que todos consideravam impossível ou muito improvável. Sua mediação viabilizou o acordo, e ao mesmo tempo descalçou a proposta de sanções articulada pela secretária de Estado americana depois de sucessivas concessões à Rússia e à China (...). A mensagem foi clara: o Brasil quer ser uma potência global e usará sua influência para ajudar a moldar o mundo, além de suas fronteiras. E o sucesso do Acordo já consagrou uma nova posição de autonomia do Brasil, com relação aos Estados Unidos, Inglaterra e França e, também, com relação aos países do Bric’s (FIORI, 26/05/2010).

O acordo nuclear entre o Brasil, a Turquia e o Irã segue, ponto a ponto, todas as solicitações que o presidente Barack Obama havia exposto em carta a seu colega Luís Inácio Lula da Silva, datada de 20 de abril, apenas três semanas antes, portanto, da viagem de Lula ao Irã, da qual resultou o acordo. A Folha obteve, com exclusividade, cópia integral da carta, na qual Obama escreve que o objetivo era oferecer “explicação detalhada” de sua perspectiva “e sugerir um caminho a seguir” (ROSSI, 27/05/2010).

4. Nova ordem mundial: Brasil potência ou ilusão alienadora?

Mantendo nossa perspectiva inicial, a confirmação do Brasil como outro integrante desta nova composição do poder, multipolar e representado por regiões, evidencia uma alternativa para suplantar as dificuldades inerentes ao actual estágio da crise estrutural do capital. Uma contra-reforma impulsionada pelos agentes históricos do poder sob a égide do capital que mantém, a todo o custo, o compromisso em atenuar as consequências da Terceira Revolução Industrial (da microeletrônica a nanotecnologia) e da globalização financeira

sem controle e regulamentação⁹. O certo é que a probabilidade de restaurar a estrutura do poder anterior a 2008 é improvável no horizonte das incertezas estruturais.

Tudo se passa como se as tendências fundamentais do capitalismo reemergissem com intensidade redobrada. O desenvolvimento enorme do capital financeiro revelou uma verdade bem conhecida de Marx, Keynes, Braudel e Polanyi; nós é que andamos meio entorpecidos pelas décadas de capitalismo domesticado, esquecidos de que o capitalismo é um regime de produção orientado para a busca da riqueza abstrata, da riqueza em geral expressa pelo dinheiro (CARDOSO DE MELLO *apud* TAVARES e FIORI, 1997:23).

O que poderemos confirmar com a assimétrica composição das taxas de crescimento e dos índices de desenvolvimento humano dos países. Exacerbada pela proposição da Organização e Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2010), estendida para todas as nações desenvolvidas e em desenvolvimento, de aumentarem as taxas de juros e reduzirem os gastos públicos para evitar o colapso inflacionário e, desta maneira, o recrudescimento da crise mundial em pleno período de (ainda) fraca e frágil recuperação da atividade econômica. Na terceira revolução industrial, reiteramos a premissa de Burkart Lutz para fundamentar nossa hipótese central e elucidar os objetivos propostos, a capacidade de racionalização é maior do que a capacidade de expansão. "O desemprego tecnológico da antiga história da industrialização faz seu retorno triunfal, só que agora não se limita a um ramo da produção, mas se espalha por todas as indústrias, por todo o planeta" (KURZ, 1997:165).

Tais medidas confirmam o nosso compromisso em analisar a relevância do atual estágio da crise estrutural do capital para promover a integração do Brasil nos ditames de uma configuração alternativa nas relações de Poder. Não obstante, mantendo a hierarquia e o peso das decisões sob e para atender os interesses do Mercado em detrimento do desenvolvimento social. Isto, novamente em alusão a tese de João Manuel Cardoso de Mello, de que estamos na iminência de uma contra-reforma

liberal conservadora, como poderemos constatar ao analisar os relatórios da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a crise do emprego e os problemas sócio-econômicos resultantes desta manifestação paradoxal do poder do capital sobre os Estados Nacionais.

Vejamos, desde outubro de 2008, afirma a OIT, com o início da crise mundial, mais de 20 milhões de postos de trabalho foram perdidos. Dos 51 países pesquisados, mais de 5 milhões de trabalhadores correm o risco de perder o emprego. Enumera o relatório que aproximadamente 43 milhões de trabalhadores correm o perigo de serem excluídos definitivamente do mercado laboral se a retomada do crescimento econômico continuar incerto. Isto porque, tal situação afetará diretamente os programas de apoio social sob intervenção do Estado, enfatizando o caso de trabalhadores menos qualificados, jovens em busca do primeiro emprego e os imigrantes (OIT, 2010).

Com relação ao objetivo relacionado à possibilidade do Brasil poder influenciar no estabelecimento de uma nova Política Econômica Internacional, parafraseamos a indagação de Furtado sobre o problema se limitar "ao saber como participar dessa civilização dominante sem destruir as raízes da própria cultura, sem transforma-se em simples satélite ou prolongamento de centros dessa civilização" (FURTADO, 1997:298). Um dos efeitos da crise econômica mundial é possibilitar o ingresso de alguns países ao chamado "clube dos ricos" (sob a orientação dos interesses de capitalização das empresas transnacionais) sem a devida igualdade de privilégios. O que revela uma assimetria entre a estrutura econômica e política que sedimenta tais instituições com perfil globalizante.

Para um país como o Brasil, erigido no modelo de industrialização seletiva voltada às exportações, o medo de um retorno ao protecionismo é uma constante preocupação que condiciona sua política de crescimento. O que configura uma ambigüidade nada latente entre os ideais de desenvolvimento e bem estar da humanidade, ou seja, a falta de solidariedade quando, sob concorrência e limitação do mercado, os interesses estão centrados na reprodução do capital e sua lógica monetária.

Em 2008, após o estouro da crise, o G20 divulgou documento em que se

comprometia a não adotar nenhuma medida protecionista por 12 meses. O que se viu foi uma completa violação desse acordo. De lá para cá, os países do G20 adotaram cerca de cem medidas unilaterais para impedir a entrada de produtos concorrentes em seus mercados. Ou seja, a promessa foi quebrada uma vez a cada três dias desde novembro passado. Para este ano, a OMC já projeta uma queda de até 10% no volume de comércio global. O problema pode se agravar caso a onda protecionista envolva mais do que bens e serviços (CANZIAN, 25/09/09).

As relações de poder perpassam a idéia de que o subdesenvolvimento é o reverso do desenvolvimento e os dois pólos constituem um mesmo campo histórico. Portanto, não há como negar que, somente com uma contribuição à crítica da Economia Política Internacional, que priorize o princípio da interdependência, podemos dar sentido ao real desenvolvimento. Condição *sine qua non* para refutar a lógica empresarial e garantir a superação dos conflitos resultantes da crise estrutural do capital.

Afinal, para as aspirações de potência do Estado brasileiro, corroboramos com o alerta de Debord: “Todas as ideias são inúteis, se não se puder encontrar a grandeza na existência de cada dia” (1978:268). Isto porque, sob a máscara da potência, a adaptação do país aos ditames do mercado mundial encontra-se na paradoxal alegoria do mito de Sísifo. Tentar encontrar racionalidade, diria Albert Camus, em um ambiente no qual prevalece as normas da economia empresarial, é no mínimo um absurdo.

NOTAS

1 Consoante Eric Hobsbawm (2001), em “A falência da democracia”, após a derrocada do regime soviético, excluindo as heranças totalitárias e o fundamentalismo islâmico no processo, a República Democrática é o sistema vigente na totalidade dos Estados nacionais. Não mais se configura a ideia da “Era dos Impérios”.

2 Em os “Perdedores Globais”, artigo de 1997, Robert Kurz enfatiza que o termo *Nationalökonomie* (original alemão) abarca a ciência econômica ou a Economia Política de uma nação.

3 Os acontecimentos observados na zona euro confirmam as contradições inerentes ao sistema e a predominância da racionalidade econômica em gerar valor sem substância. Apenas quatro países mantiveram a posição de solventes e, até julho de 2011, isentos de contágio: Alemanha, Áustria, Finlândia e Holanda.

4 BRIC é um acrônimo criado em 2001, pelo economista Jim O’Neill, chefe de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs, para designar, no relatório Building Better Global Economic Brics, os quatro principais países emergentes do mundo: Brasil, Rússia, Índia e China. Desde 2011, entretanto, acrescenta-se a África do Sul como partícipe.

5 Perpassando pelos argumentos convincentes, sob à luz da História, de Tony Judt em seu último livro. Ver JUDT, Tony. *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. Lisboa, Edições 70, 2010.

6 Em 2009, 10% da população brasileira concentrava 42,7% de todo o Produto Interno Bruto (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE).

7 Isto, no entanto, sem impedir assimetrias na relação crescimento econômico/desenvolvimento social interno. Como podemos constatar por intermédio dos relatórios do Banco Mundial, que apresentam o Brasil como a 6ª potência econômica (2011); e os relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento que apontam o país sul-americano como o 75º em sua escala de Índice de Desenvolvimento Humano (PNUD/IDH, 2010).

8 Discurso de posse pronunciado em 01º de janeiro de 2011. A íntegra está disponível em <http://www12.senado.gov.br/noticias/materias/2011/01/01/integra-do-discurso-da-presidente-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-posse>.

9 Reiterando o alerta de Burkart Lutz, em “Systems transformation and labor market structure” (1994); e reforçado por Kurz, de que “pela primeira vez na História, a velocidade da ‘racionalização eliminadora’ (*Wegrationalisierung*) de trabalho supera a expansão dos mercados” (KURZ, 1997:113)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA JR., Paulo Nogueira. "Um credor ainda duvidoso". *Folha de S. Paulo*, p. B-2, 15 de Abril de 2010 (Opinião Econômica).
- CANZIAN, Fernando. *Novas ações protecionistas ameaçam agenda do G20*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2509200910.htm>. Acesso em 25/9/2009.
- DEBORD, Guy. *Girum Imus Nocte et Consumimur*. Paris: Champ Libre, 1978.
- FIORI, José Luís. "Brasil: vocação natural e vontade de potência". *Valor Econômico*, 24 de Fevereiro de 2010.
- FIORI, José Luís. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- FIORI, José Luís. "Um acordo e seis verdades". *Valor Econômico*, 26 de maio de 2010.
- FURTADO, Celso. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HOBSBAWM, Eric. "A falência da Democracia". *Folha de S. Paulo*, 11 de setembro de 2001 (Caderno Mais!).
- JAPPE, Anselm. *As aventuras da Mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006.
- JUDT, Tony. *Um tratado sobre os nossos actuais descontentamentos*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- KRUGMAN, Paul. "Os desempregados não podem pagar pela débil recuperação econômica". *The New York Times*. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/blogs-colunas/colunas-do-new-york-times/paul-krugman/2010/06/01/os-desempregados-nao-podem-pagar-pela-debil-recuperacao-economica.jhtm>. Acesso em 1/6/2010.
- KURZ, Robert. *A China não é o país das maravilhas*. Disponível em <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz113.htm>. Acesso em 01/2/2013.
- KURZ, Robert. *Com Marx para além de Marx: o Projecto Teórico do Grupo «EXIT!»*. Disponível em http://obeco.planetaclix.pt/exit_projecto_teorico.htm. Acesso em 03 de novembro de 2007 (Crítica do capitalismo para o século XXI).
- KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- LUTZ, Burkart; GRUNERT, Holle. *Systems transformation and labor market structure*. California: Working Paper Series/UC Berkeley, January, 04, 1994.
- MÉSZÁROS, István. *A crise em desdobramento e a relevância de Marx*. Disponível em <http://www.meszaros.comoj.com/?q=node/26>. Acesso em 4/2/2010.
- MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- NAKANO, Yoshiaki. *Juros e câmbio de novo!* Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1804201010.htm>. Acesso em 18/4/2010.
- NEGRI, Antonio; HARDT, Michael. *Império*. São Paulo: Record, 2000.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT (2010). *Dia Mundial da Justiça Social 2010: "Vozes sobre a Justiça Social"*. Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/topic/oit/news/news_137.php. Acesso em 2/2/2013.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT (2010). *World of work Report 2009: The global jobs crisis and beyond*. Disponível em http://www.oitbrasil.org.br/topic/employment/doc/work09_integra_127.pdf. Acesso em 1/3/2010.
- RODRIG, Dani. *Has globalization gone too far?* Washington: Institute for International Economics, 1997.
- ROSSI, Clóvis. *G20 substitui FMI como fórum econômico*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2509200906.htm>. Acesso em 20/9/2013.
- ROSSI, Clóvis. *Pacto Brasil-Irã segue roteiro de Obama*. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2705201001.htm>. Acesso em 27/5/2013.
- SILVA, Antonio Carlos da. "O retorno da fênix ou a aporia do capitalismo? A crise financeira global em análise." *InterSciencePlace*, nº 3, dez 2008. Disponível em http://www.interscienceplace.org/downloads/numero_tres/antonio_carlos_silva_a_aporia_do_capitalismo.pdf. Acesso em 3/9/2013.
- SILVA, Antonio Carlos da. "Crise Financeira Global ou a falácia da contra-reforma liberal?" *EnRed - Revista Digital de La Universidad de Salamanca*, 2008, vol. 5, pp. 7-7. Disponível em http://enred.usal.es/images/stories/img_enred_5/Portadas/Academia/PortadaAcademia001.html. Acesso em 19/09/2013.
- TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *Poder e Dinheiro: uma Economia Política da Globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.